



INSTITUTUM IURIS CANONICI
LONDRINENSE

ESTATUTO

Aprovado pela Congregação para Educação Católica
pelo Decreto Prot. N. 577/2021 de 21 de março de 2022

PROÊMIO HISTÓRICO

O Instituto Superior de Direito Canônico de Londrina, nasceu como uma extensão do Pontifício Instituto Superior de Direito Canônico do Rio de Janeiro no ano de 2005.

Atendendo a uma solicitação de Dom Albano Bortoleto Cavallin, Arcebispo Metropolitano de Londrina, sobre a criação de uma extensão do Instituto de Direito Canônico do Rio de Janeiro na cidade de Londrina, o Cônego Abílio Soares de Vasconcelos, na época Diretor do Instituto, lhe envia uma carta resposta, datada de 12 de fevereiro de 2005, contendo a aprovação – *nihil obstat* – de Sua Eminência Reverendíssima Dom Eusébio Oscar Scheid, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro.

No dia 21 de fevereiro de 2005, o curso de Mestrado em Direito Canônico – Extensão Londrina – foi erigido canonicamente por Decreto de Dom Albano Bortoleto Cavallin. Com o apoio dos Bispo do Regional Sul II da CNBB, no mesmo ano, deu-se início a primeira turma de estudantes do Mestrado.

TÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1 – O Instituto

§1. O Instituto Superior de Direito Canônico de Londrina, doravante denominado ISDCL, é uma Instituição de Ensino Superior, mantida pela Arquidiocese de Londrina e agregado à Faculdade de Direito Canônico da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, com abrangência em todo território nacional, com sede na cidade de Londrina, Paraná.

§2. Pela sua condição de agregado à Faculdade de Direito Canônico da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, o mesmo Instituto, pelo tempo que perdurar a agregação, acata e assume como próprio o Estatuto, as

autoridades e as deliberações acadêmicas da agregante, com as aplicações concretas que neste Estatuto e seu Regimento Interno são estipuladas.

Art. 2 – Finalidades do Instituto

As finalidades do ISDCL são:

1º Cultivar e promover o estudo do Direito Canônico e matérias conexas em plena sintonia com o magistério da Igreja, à luz do Concílio Vaticano II (cf. OT 16), explanar sistematicamente as verdades que nele contém, considerar os novos problemas de nosso tempo à luz do mesmo e apresentá-lo ao homem contemporâneo de forma adequada à sua cultura.

2º Formar os estudantes em nível superior de alta qualificação segundo a doutrina católica e prepará-los convenientemente para afrontarem os encargos que irão desempenhar e promover a formação permanente dos ministros da Igreja.

3º Colaborar dedicadamente com a Igreja particular e universal, na obra de evangelização, segundo a sua condição específica, em estreita comunhão com a Hierarquia.

TÍTULO II DO GOVERNO

CAPÍTULO I DAS AUTORIDADES EM GERAL

Art. 3 – Governo do Instituto

O ISDCL é governado por autoridades pessoais e colegiais, de ordens externa e interna, sob a jurisdição da Congregação para a Educação Católica e da Pontifícia Universidade Gregoriana.

Art. 4 – Autoridades de ordem externa

§1. As autoridades pessoais ou colegiais de ordem externa situam-se no âmbito da Faculdade agregante.

§2. Compete às autoridades externas, além de quanto os Estatutos próprios lhes reconhecem, empenharem-se seriamente para que o nível acadêmico do Instituto corresponda proporcionalmente ao da Faculdade agregante e possa satisfazer seu alto e relevante serviço.

§3. Ao Delegado da Faculdade agregante compete acompanhar a vida acadêmica do Instituto, assistindo e ajudando as autoridades internas e mantendo devidamente informadas as autoridades externas dos trabalhos desenvolvidos e dos êxitos obtidos.

Art. 5 – Autoridades de ordem interna

§1. As autoridades no âmbito interno do Instituto são:

1º Autoridades pessoais: o Moderador, o Diretor, o Secretário Geral, o Coordenador Acadêmico e o Ecônomo.

2º Autoridades colegiais: o Conselho do Instituto, o Conselho Acadêmico e o Conselho Econômico.

§2. Compete às autoridades internas:

1º O que neste Estatuto e seu Regimento Interno se estabelece;

2º O atendimento às exigências da Faculdade agregante;

3º A salvaguarda do caráter eclesiástico do Instituto;

4º A preservação das características culturais e acadêmicas com relação a outras corporações congêneres.

CAPÍTULO II DO MODERADOR

Art. 6 – Moderador

§1. O Arcebispo Metropolitano de Londrina, como Moderador do ISDCL, tem o particular dever de conservar e promover o Instituto para que o mesmo se mantenha eficiente e alcance de fato as suas finalidades.

§2. O Moderador representa o ISDCL perante os organismos externos competentes, na esfera eclesiástica ou civil.

§3. As principais funções do Moderador são:

1º Fazer progredir o Instituto constantemente; promover o empenho científico e a identidade eclesiástica; fazer com que a doutrina católica seja integralmente guardada e com que sejam fielmente observados os Estatutos e as normas prescritas pela Santa Sé;

2º Favorecer estreitas relações entre todos os membros da comunidade acadêmica;

3º Apresentar à Faculdade agregante, para confirmação (*nihil obstat*) da Congregação para a Educação Católica, o nome do candidato a Diretor do ISDCL;

4º Receber a profissão de fé do Diretor;

5º Anuir a nomeação de professores estáveis e não estáveis, bem como dar ou retirar a licença para ensinar ou a *missio canonica* aos professores do Instituto em conformidade com as normas da Constituição *Veritatis gaudium*;

6º Receber recursos contra atos emitidos pelas autoridades do Instituto, investigar sua legitimidade, declarar nulos ou ab-rogar os ilegítimos ou, sanar os que puderem ser sanados.

CAPÍTULO III DO DIRETOR

Art. 7 – Diretor do Instituto

§1. A Direção do ISDCL será composta por um Diretor apresentado pelo Moderador.

§2. A nomeação para o ofício de Diretor será pelo prazo de cinco anos podendo ser renovada por períodos subsequentes, a critério do Moderador.

§3. As principais funções do Diretor são:

1º Representar oficialmente o ISDCL;

2º Procurar que seja executado tudo aquilo que for estabelecido pelas autoridades internas e externas;

3º Promover e coordenar toda a atividade da comunidade acadêmica;

4º Convocar os Conselhos – do Instituto, Acadêmico e Econômico – e presidi-los;

5º Colaborar na preparação do calendário anual acadêmico;

6º Conceder ou denegar, licença para a publicação de livros e outros escritos acadêmicos, após consultar o Moderador e, com a devida autorização da Faculdade agregante, sempre que o bom nome ou o prestígio doutrinal do Instituto se acharem envolvidos;

7º Assinar pelo Instituto, títulos e diplomas expedidos pela Faculdade agregante aos alunos do Instituto;

8º Conceder e assinar Certificados de cursos extraordinários promovidos pelo Instituto;

9º Conceder as dispensas previstas nos Estatutos, relativas às disciplinas acadêmicas;

10º Apresentar ao Moderador indicações para nomeação de professores estáveis e não estáveis;

11º Contratar professores aprovados pelas autoridades competentes, bem como dispensá-los;

12º Contratar, dispensar e remover para outros encargos, os auxiliares de serviços administrativos;

13º Constituir comissões especiais de professores e/ou de alunos para o estudo de assuntos do interesse do Instituto;

14º Acertar com a Faculdade agregante planos de estudo e pesquisa propostas pelo Conselho Acadêmico;

15º Cuidar do enriquecimento e atualização da Biblioteca do Instituto;

16º Admitir ou demitir alunos, de acordo com as normas do Instituto;

17º Manter a disciplina interna e aplicar as penalidades previstas;

18º Vigiar a administração econômica;

19º Informar o Decano da Faculdade agregante sobre os assuntos mais importantes e enviar-lhe anualmente um relatório pormenorizado acerca da situação acadêmica, moral e econômica do Instituto.

§4. No governo do ISDCL, o Diretor é assistido pelo Conselho do Instituto.

CAPÍTULO IV DO SECRETÁRIO GERAL

Art. 8 – Secretário Geral

§1. A Secretaria Geral é dirigida por um Secretário Geral, nomeado pelo Diretor, escolhido entre os professores do Instituto que possua experiência para desempenhar esta função e exercer seu cargo de acordo com os Estatutos e o Regimento interno do ISDCL.

§2. A nomeação para o ofício de Secretário Geral será pelo prazo de três anos, podendo ser renovada por períodos subsequentes, com a anuência do Moderador.

§3. As principais funções do Secretário Geral são:

- 1º Administrar a Secretaria Geral do Instituto;
- 2º Assessorar o Diretor na implementação de ações internas e externas;
- 3º Autenticar os Livros e fazer fé pública dos documentos relativos a vida acadêmica;
- 4º Redigir e controlar a correspondência oficial do Instituto;
- 5º Preparar com o Diretor, a pauta das reuniões dos órgãos colegiais; redigir as atas oficiais das referidas reuniões;
- 6º Organizar os documentos, bem como organizar e supervisionar os arquivos do Instituto;
- 7º Fazer executar o regime didático, tomando as medidas necessárias para a implantação de planos aprovados;
- 8º Colaborar na promoção de outras atividades acadêmicas (congressos, conferências, colóquios, debates, etc.) dentro do Instituto;
- 9º Providenciar a publicação do Guia Acadêmico, dos Programas de estudos, bem como de brochuras e folhetos informativos;
- 10º Efetuar a matrícula dos estudantes;
- 11º Veicular comunicações e avisos oficiais relativos a todo o Instituto;
- 12º Apresentar relatório anual sobre o estado e as iniciativas da Secretaria Geral;
- 13º Organizar a documentação necessária aos Relatórios;
- 14º Supervisionar o funcionamento e manutenção da Biblioteca.

CAPÍTULO V DO COORDENADOR ACADÊMICO

Art. 9 – Coordenador Acadêmico

§1. O Coordenador Acadêmico, nomeado pelo Diretor, é escolhido entre os professores do Instituto que possua experiência para desempenhar esta função e exercer seu cargo de acordo com os Estatutos e o Regimento interno do ISDCL.

§2. A nomeação para o ofício de Coordenador Acadêmico será pelo prazo de três anos, podendo ser renovada por períodos subsequentes, com a anuência do Moderador.

§3. As principais funções do Coordenador Acadêmico são:

1º Organizar e coordenar as atividades acadêmicas do Instituto, em estreita colaboração com o Diretor, o Secretário Geral e os professores.

2º Planejar a programação de aulas, garantindo sua coerência e adequação às normativas vigentes;

3º Preparar, com a colaboração do Diretor, o calendário anual acadêmico;

4º Receber e qualificar os candidatos ao curso de Mestrado e examinar seus currículos;

5º Acompanhar e orientar os Mestrandos quando da preparação da Dissertação final;

6º Promover a pesquisa e interdisciplinaridade e assegurar a qualidade da docência e práticas pedagógicas na Instituição, seguindo as orientações da Santa Sé;

7º Aprovar a publicação de material informativo, ligado às atividades acadêmicas do Instituto;

8º Arbitrar sobre as dificuldades e controvérsias internas envolvendo professores e alunos.

CAPÍTULO VI DO ECÔNOMO

Art. 10 – Ecônomo

§1. O Ecônomo é nomeado pelo Diretor, dentre aqueles que têm competência em assuntos econômicos e cumpre seu cargo de acordo com os Estatutos e Regulamento do ISDCL e da Mantenedora.

§2. A nomeação para o ofício de Ecônomo será pelo prazo de três anos, podendo ser renovada por períodos subsequentes, com a anuência do Moderador.

§3. As principais funções do Ecônomo são:

1º Vigiar para que as relações de trabalho sigam as normas trabalhistas vigentes;

- 2º Prover a melhor eficiência dos Recursos Humanos;
- 3º Cuidar com esmero das finanças ordinárias;
- 4º Zelar pela integridade e manutenção do patrimônio;
- 5º Cuidar das questões Jurídicas com auxílio do Departamento Jurídico da Mantenedora;
- 6º Supervisionar a manutenção estrutural dos espaços do Instituto;
- 7º Organizar a prestação de contas mensalmente, para que seja apresentada e aprovada pelo setor financeiro da Mantenedora.

§3. Para as questões econômicas e administrativas será observado o *Regimento para assuntos administrativos e econômicos* da Arquidiocese de Londrina.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO DO INSTITUTO

Art. 11 – Conselho do Instituto

§1. O Conselho do Instituto é o órgão colegiado que tem a função de assistir o Diretor no governo do ISDCL e é competente para tratar dos assuntos de maior importância.

§2. O Conselho do Instituto, presidido pelo Diretor, é constituído pelo Moderador, pelo Secretário Geral, pelo Coordenador Acadêmico, pelo Ecônomo e um representante do corpo docente.

§3. O prazo de permanência dos membros do Conselho do Instituto, exceto do representante do corpo docente, corresponde ao tempo de sua vinculação ao ISDCL.

§4. As principais funções do Conselho do Instituto são:

- 1º Tratar de assuntos relativos e/ou solicitados pela Faculdade agregante;
- 2º Elaborar os Estatutos e o Regulamento do Instituto;
- 3º Modificar o Regulamento do Instituto;
- 4º Estabelecer as condições de admissão ao programa de estudos do Instituto;
- 5º Assentir a admissão de professores estáveis e não estáveis;
- 6º Colaborar na organização e coordenação das atividades do Instituto;

7º Preparar a publicação da Revista do Instituto.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO ACADÊMICO

Art. 12 – Conselho Acadêmico

§1. O Conselho Acadêmico é o órgão colegiado que tem a função de assistir o Diretor em questões acadêmicas.

§2. O Conselho Acadêmico é constituído pelo Diretor, pelo Secretário Geral, pelo Coordenador Acadêmico, por um representante do corpo docente e um do corpo discente.

§3. O Diretor e o Secretário Geral são, respectivamente, Presidente e Secretário natos do Conselho Acadêmico.

§4. O prazo de permanência dos membros do Conselho Acadêmico, exceto dos representantes dos corpos docente e discente, corresponde ao tempo de sua vinculação ao ISDCL.

§5. As principais funções do Conselho do Instituto são:

1º Aprovar o calendário acadêmico anual;

2º Elaborar e modificar o Guia Acadêmico;

3º Avaliar o semestre letivo;

4º Criar ou extinguir disciplinas eletivas;

5º Aprovar o estabelecimento de novos cursos ou supressão de algum;

6º Propor a realização de eventos acadêmicos;

7º Avaliar candidaturas para o cargo de professores estáveis;

8º Deliberar sobre questões atinentes ao aperfeiçoamento do ensino e pesquisa.

§5. O Conselho Acadêmico reunir-se-á em sessão ordinária duas vezes ao ano; extraordinariamente, o Conselho Acadêmico poderá reunir-se sempre que oportuno, por convocação do Diretor ou por solicitação de um terço de seus membros.

CAPÍTULO IX DO CONSELHO ECONÔMICO

Art. 13 – Conselho Econômico

§1. O Conselho Econômico é o órgão colegiado que tem a função de assistir o Diretor nas questões administrativas e econômicas.

§2. O Conselho Econômico é constituído pelo Diretor, pelo Ecônomo, pelo Secretário Geral e pelo Ecônomo da Mantenedora.

§3. Compete ao Conselho Econômico examinar e dar seu parecer sobre:

1º O orçamento anual e o balanço patrimonial;

2º As taxas Acadêmicas;

3º Os atos extraordinários administrativos.

§4. O Conselho Econômico deve ser convocado e presidido pelo Diretor ao menos duas vezes ao ano; de modo extraordinário, quando for necessário.

TÍTULO III DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Art. 14 – Comunidade acadêmica

A comunidade acadêmica do ISDCL é composta por seus próprios corpos docente, discente e administrativo.

CAPÍTULO I DO CORPO DOCENTE

Art. 15 – Composição do corpo docente

§1. O corpo docente do ISDCL é constituído por professores estáveis e não estáveis. Os estáveis distinguem-se em ordinários, extraordinários e agregados; os não estáveis podem ser convidados ou encarregados.

§2. O Instituto deve ter, pelo menos, três docentes estáveis com o grau acadêmico de Doutorado em Direito Canônico¹.

¹ Cf. CONGREGATIO DE INSTITUTA CATHOLICA (DE STUDIORUM INSTITUTIS), *Instructio studia iuris canonici sub luce processus matrimonialis reformationis*, 29 apr. 2018, art. 2.

§3. O Diretor deve apresentar à Faculdade agregante, para confirmação (*nihil obstat*) da Congregação para a Educação Católica, o nome dos candidatos a professores estáveis.

§4. Compete ao Moderador aprovar, após consultar a Faculdade agregante, a contratação de docentes não estáveis; estes são vinculados ao ISDCL de acordo com os termos contratuais estabelecidos.

Art. 16 – Nomeação e promoção de professores

§1. Para ser nomeado como *encarregado*, é necessário o título de doutorado ou adequada competência, comprovada por outros títulos ou publicações.

§2. Para ser nomeado como *convidado*, é necessária a qualificação de professor ordinário ou extraordinário em outra Faculdade ou Instituto, ou outros cargos equivalentes.

§3. Para ser nomeado como *agregado*, é necessário o título de Mestre e não estar vinculado a outra Faculdade ou Instituto.

§4. Para serem propostos e nomeados como *ordinários* e *extraordinários*, os professores devem ser Doutores em Direito canônico e se dedicarem a pesquisa e ao ensino como principal atividade no Instituto.

§5. Para a nomeação de docente estável extraordinário, além dos títulos requeridos pela legislação eclesiástica, exige-se prévio exercício do magistério como contratado ou não estável por ao menos um ano e ser considerado competente na matéria com idoneidade comprovada pela publicação científica de livros e/ou estudos.

§6. Para de extraordinário alguém ser promovido a ordinário, além do prévio exercício do magistério como extraordinário por ao menos dois anos, exige-se que o candidato confirme com novas publicações, especial idoneidade para o ensino e a pesquisa.

§7. Para a cooptação de professores de outras Igrejas e comunidades eclesiais observar-se-á as determinações do art. 20 §§1-2 da Constituição *Veritatis gaudium*.

§8. Para propor a nomeação de professores estáveis, bem como a contratação de professores não estáveis, é necessário que o Diretor ouça o parecer do Conselho do Instituto sobre os candidatos.

Art. 17 – Direitos e deveres dos docentes

§1. Todos os professores, seja qual for a sua categoria, devem distinguir-se por honestidade de vida, integridade de doutrina e constante dedicação no desempenho do cargo.

§2. Os professores devem ter a devida liberdade tanto na pesquisa quanto no ensino, através da qual eles podem contribuir efetivamente para o avanço contínuo da doutrina.

§3. Os professores que ensinam matérias concernentes à fé e aos costumes, conscientes de que este múnus deve ser exercício em plena comunhão com o Magistério autêntico da Igreja e, sobretudo, do Romano Pontífice, devem receber, depois de terem feito a profissão de fé (cf. can. 833), a *missio canonica* do Moderador ou de um seu delegado. Os demais professores, por sua vez, deverão receber do Moderador ou de um seu delegado a licença para ensinar.

§4. Cada professor deve observar fielmente o plano da disciplina que irá lecionar, bem como cumprir as atividades didáticas relacionadas com o ensino, como aplicação e correção de trabalhos e exames, atribuição de notas, moderação de dissertações, participação em bancas examinadoras e disponibilidade para ajudar os estudantes em seus estudos.

§5. Os professores devem participar, quando convocados, de reuniões e trabalhos de planejamento, revisão de curso, além de sessões do Conselho Acadêmico.

§6. Todos os professores devem considerar a pesquisa, as publicações acadêmicas e a orientação de dissertações como parte integrante do seu encargo.

Art. 18 – Término da função de docente

§1. A cessação da função de docente estável se dará:

1º Por destituição dada pelo Moderador;

2º Por renúncia apresentada pelo próprio professor;

3º Por justa causa e proporcionada causa, observadas as leis acadêmicas da Igreja e a Legislação trabalhista, ouvido o Conselho Acadêmico com aprovação do Moderador.

§2. A cessação da função de docente não estável se dará por término contratual, observadas as leis trabalhistas.

Art. 19 – Suspensão ou remoção da função de docente

Nos casos de suspensão ou de remoção, por causa grave, especialmente por motivos respeitantes à doutrina, observar-se-á o procedimento estabelecido nas Normas da Congregação para a Educação Católica para a fiel execução da Constituição Apostólica *Veritatis gaudium*, art. 24 §§1-3.

**CAPÍTULO II
DO CORPO DISCENTE****Art. 20 – Categorias de estudantes e admissão**

§1. O corpo discente do ISDCL será constituído pelas seguintes categorias de estudantes:

1º Ordinários: são os estudantes matriculados regularmente, com direito a título após o cumprimento integral do *curriculum studiorum*;

2º Extraordinários: são os estudantes que se matriculam, com direito a Certificado, após conclusão dos estudos de disciplinas isoladas.

§2. Pode ser admitido ao ISDCL como estudante ordinário quem completou o currículo filosófico-teológico em um Seminário Maior ou numa Faculdade teológica, ou em um deles concluiu todas as disciplinas do primeiro ciclo².

§3. Pode ser admitido ao ISDCL como estudante extraordinário quem, a juízo do Diretor, possuir uma suficiente preparação para frequentar as aulas.

Art. 21 – Matrícula no Instituto

§1. Um estudante é matriculado quando, depois de aprovado no processo seletivo e pago a taxa de inscrição, recebe na Secretaria Geral o número de matrícula; uma vez matriculado, o candidato tem todos os direitos e deveres que os Estatutos e Regulamento concedem aos estudantes.

§2. A matrícula para o curso é por três anos.

§3. É inválida a matrícula como estudante ordinário sem que o mesmo tenha obtido o título do primeiro ciclo.

² Cf. CONGREGATIO DE INSTITUTA CATHOLICA (DE STUDIORUM INSTITUTIS), *Instructio studia iuris canonici sub luce processus matrimonialis reformationis*, 29 apr. 2018, arts. 9; ID., *Istruzione sull'aggregazione di Istituti di studi superiori*, art. 31; FRANCISCUS, *Constitutio Apostolica Veritatis gaudium*, Appendix I, art. 61.

Art. 22 – Direitos dos estudantes

§1. Todos os matriculados no ISDCL terão acesso as estruturas de estudo, de pesquisa e outros serviços oferecidos pelo Instituto.

§2. O corpo discente terá representação no Conselho Acadêmico com direito a voz e voto nos termos do âmbito que lhe é próprio.

§3. Os estudantes podem formar livremente Associações ou Organizações, que promovam o bem comum, a vida do Instituto e a própria formação. Estes podem ser reconhecidos pelo Instituto, uma vez que os Estatutos tenham sido apresentados.

Art. 23 – Deveres dos estudantes

§1. Os estudantes devem observar fielmente os Estatutos e Regulamento do ISDCL principalmente no que respeita à disciplina, a programação dos estudos e exames, bem como a tudo o mais que faz parte da vida acadêmica.

§2. A não observância dos Estatutos e do Regulamento implicará em sanções.

Art. 24 – Conhecimento de idiomas

§1. Ao término do Mestrado, os estudantes devem conhecer a língua latina de tal forma que possam compreender bem o Código de Direito Canônico e o Código dos Cânones das Igrejas Orientais bem como os outros documentos canônicos.

§2. Além do conhecimento de língua italiana, é necessária a compreensão de pelo menos uma outra língua moderna entre francês, espanhol ou inglês.

Art. 25 – Sanções

§1. Aos membros do corpo discente poderão ser aplicados as seguintes sanções disciplinares:

1º Advertência escrita;

2º Suspensão por período proporcional à gravidade da falta;

3º Expulsão.

§2. São causas justas para as advertências escrita, a violação do Art. 23 dos Estatutos.

§3. São causas justas para a suspensão, a reincidência em faltas já advertidas.

§4. São causas justas para a expulsão a reincidência na causa da suspensão ou falta que importam em escândalo ou possível prejuízo ao bom nome do Instituto.

§5. A aplicação de sanções será de competência do Diretor.

§6. Ao estudante é salvaguardado o direito de defesa. A não observância deste direito torna nula a sanção aplicada.

§7. Da decisão do Diretor cabe recurso em definitivo ao Moderador.

§8. Os casos de plágio, assédio sexual e moral observar-se-á as normas estabelecidas pela Pontifícia Universidade Gregoriana³.

CAPÍTULO III DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Art. 26 – Serviços administrativos

§1. Os serviços administrativos do ISDCL são constituídos pela Secretaria, Biblioteca e Econmato.

§2. Compete ao Diretor do ISDCL, contratar, dispensar e remover para outros cargos os auxiliares de serviços administrativos.

Art. 27 – Secretaria

A Secretaria organiza as atividades administrativas relacionadas com o regime didático do Instituto e dispõe de auxiliares nomeados pelo Diretor e dos materiais necessários para as finalidades acadêmicas, sob a supervisão da Secretaria Geral, nos termos do Art. 8.

Art. 28 – Biblioteca

§1. A Biblioteca é coordenada por um Bibliotecário, nomeado pelo Diretor, dentre os candidatos que possuem uma especial competência e cumprem seu ofício de acordo com os Estatutos e o Regulamento do ISDCL.

§2. A Biblioteca é regida por suas próprias Normas, propostas pelo Bibliotecário e aprovadas pelo Conselho do Instituto.

³ Cf. PONTIFICIA UNIVERSITÀ GREGORIANA, *Norme sul plagio* (Approvate dal Consiglio Direttivo il 12 maggio 2020); ID., *Norme di condotta nel caso di molestie sessuali e morali* (Approvate dal Consiglio Direttivo il 14 Settembre 2018 ed emendate il 25 gennaio 2021).

Art. 29 – Economato

O Economato é administrado pelo Ecônomo que assiste o Diretor na administração ordinária do ISDCL, e é coadjuvado pelo Departamento Financeiro da Mantenedora, segundo as normas do Art. 10 deste Estatuto.

TÍTULO IV
DO PLANO DE ESTUDOS

Art. 30 – Plano de estudos

§1. O plano de estudos tem como finalidade garantir a formação integral e orgânica, através de uma adequada aquisição de conhecimento, na qual consigam uma síntese pessoal e se mostrem capazes de cultivar um determinado campo de pesquisa.

§2. O conjunto das atividades didático-pedagógicas sistematizadas visando a habilitação em Direito Canônico é neste Estatuto denominado Curso.

§3. O conjunto de disciplinas que integram o Curso é denominado currículo (*curriculum studiorum*).

§4. A unidade de ensino expressa em programa de estudo, a ser desenvolvida em um período letivo determinado, é denominada disciplina.

§5. Para cada disciplina é atribuído um número de créditos; cada crédito corresponde a 15 horas-aula presencial, sem computar as horas de trabalho pessoal e de empenho no contexto dos exames⁴.

§6. O estudante deve cumprir um total de 90 créditos (180 ECTS segundo a Declaração de Bologna).

Art. 31 – Disciplinas

§1. O Curso tem duração de seis semestres ou um triênio, dedicado ao estudo mais profundo de todo o Código através do desenvolvimento completo das suas fontes quer ministeriais quer disciplinares, ao qual se acrescenta o estudo de matérias com ele relacionadas.

⁴ 1 crédito corresponde a 15h/aula presencial (Brasil) e 2 ECTS (**European Credits Transfer System**, créditos segundo a “Declaração de Bologna”). 1 ECTS corresponde aproximadamente 25 horas de empenho do estudante: 7-8 horas de aulas presenciais, 14-16 horas de trabalho pessoal, 2-3 horas de empenho no contexto de exames.

§2. As disciplinas obrigatórias são:

1º O Código de Direito Canônico em todas as suas partes (*Schola textus*) e as outras normas vigentes;

2º As disciplinas conexas: Teologia do Direito Canônico, Filosofia do Direito, Instituições de Direito romano, elementos de Direito civil, História do Direito Canônico (história das instituições canônicas e história das fontes do Direito Canônico), relação entre a Igreja e a sociedade civil, prática canônica administrativa e judicial, Metodologia canônica;

3º Introdução ao Código dos Cânones das Igrejas Orientais;

4º Língua latina;

5º Cursos opcionais, Seminários e trabalhos práticos.

§3. As disciplinas são lecionadas em regime intensivo (módulos semanais), com o cumprimento das horas-aula necessárias.

Art. 32 – Dispensa de disciplinas

Os graduados em Direito civil não estão isentos do triênio do Mestrado, mas podem ser dispensados dos cursos de Introdução ao Direito Civil, Direito Romano e Filosofia do Direito.

Art. 33 – Avaliação, notas e média final

§1. A avaliação do desempenho dos estudantes é feita por frequência e por notas de zero a dez pontos.

§2. Só poderá participar de exames parciais ou finais o estudante que apresentar o mínimo de 75% de presença na respectiva disciplina.

§3. Para a aprovação em cada disciplina, no exame *De Universo Iure* e na defesa da Dissertação é necessário que, em cada um destes, o estudante obtenha a nota mínima de seis pontos.

§4. O cálculo da média final se obtém pela soma e divisão das seguintes notas:

1º Da média geral do *curriculum studiorum* obtida pela soma e divisão das notas de todas as disciplinas cursadas;

2º Da média geral do exame *De Universo Iure*;

3º Da nota da defesa da Dissertação.

§5. Para obter o grau de Mestrado, o estudante deve alcançar como média final, a nota mínima de seis pontos.

§6. As notas são expressas nos certificados de grau acadêmico ou na conclusão do curso com números e qualificações:

- a. 9,7 – 10: *Summa cum laude probatus*;
- b. 8,7 – 9,6: *Magna cum laude probatus*;
- c. 7,7 – 8,6: *Cum laude probatus*;
- d. 6,7 – 7,6: *Bene probatus*;
- e. 6,0 – 6,6: *Probatus*.

CAPÍTULO I *DE UNIVERSO IURE*

Art. 34 – Exame *De Universo Iure*

§1. Só poderá ser admitido ao exame *De Universo Iure*, o estudante que tiver completado o *curriculum studiorum* com média geral igual ou superior a seis pontos.

§2. O exame *De Universo Iure* será prestado por escrito e oralmente, na sede do Instituto, em data e horários predeterminados pela Secretaria.

§3. O exame escrito *De Universo Iure* será avaliado por dois professores; o oral, perante quatro professores, extraindo como nota única a média dos pontos atribuídos pelos professores.

§4. Será aprovado no exame *De Universo Iure* quem obtiver a média global de seis pontos. Não atingindo a média suficiente, o estudante poderá requerer a Secretaria um novo exame.

§5. O exame *De Universo Iure* deverá ser prestado no prazo de um ano, após o cumprimento de toda a grade curricular.

CAPÍTULO II DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Art. 35 – Dissertação

§1. Para obter o grau de Mestrado, além do *curriculum studiorum* e o exame *De Universo Iure*, o estudante deve elaborar uma Dissertação de natureza científica, versando assunto de Direito Canônico de sua preferência, sob a orientação de um professor do ISDCL ou outro aprovado pelo Diretor.

§2. O prazo máximo para a defesa da Dissertação é de até um ano após a aprovação no exame *De Universo Iure*. Após este prazo, o estudante deverá solicitar ao Diretor que o prorogue por mais um semestre; a prorrogação implicará no pagamento de uma nova taxa.

§3. A nota final da Dissertação, resultará da média de pontos atribuídos por cada professor participante da banca examinadora; a não aprovação na defesa da Dissertação, não priva o estudante do direito de nova oportunidade, nas condições determinadas pelo Diretor.

TÍTULO V DO GRAU ACADÊMICO

Art. 36 – Grau acadêmico

§1. O título de Mestre em Direito Canônico é obtido por direito, uma vez satisfeitos todos os requisitos exigidos na formação.

§2. O grau acadêmico de Mestrado é conferido pela Pontifícia Universidade Gregoriana pela autoridade da Santa Sé.

§3. O Diploma em que certifica o título adquirido é emitido pela Faculdade agregante.

§4. Ao estudante que não tiver preenchido as condições para a obtenção de grau acadêmico será concedido apenas o certificado das disciplinas que tiver sido aprovado.

TÍTULO VI DOS MEIOS ECONÔMICOS

Art. 37 – Capacidade de possuir e administrar bens

§1. O ISDCL, como pessoa jurídica pública canônica, tem a capacidade e o direito de possuir e administrar, de acordo com a lei civil e canônica, seu próprio patrimônio.

§2. O patrimônio do ISDCL é parte integrante do patrimônio da Arquidiocese de Londrina, como sua Entidade Mantenedora.

Art. 38 – Receitas

As receitas do ISDCL, se originam principalmente de:

- 1º Contribuições da Entidade Mantenedora;
- 2º Mensalidades e taxas de qualquer natureza;
- 3º Subvenções, donativos e legados;
- 4º Quaisquer outros rendimentos, provenientes de atividades próprias do ISDCL.

Art. 39 – Despesas

As saídas são representadas pelas despesas decorrentes da:

- 1º Remuneração de pessoal docente e administrativo;
- 2º Aquisição de bens de consumo e serviços;
- 3º Aquisição e desenvolvimento de bens duráveis;
- 4º Manutenção da Biblioteca;
- 5º Intervenções em favor dos estudantes e professores (Bolsa de estudos, Congressos);
- 6º Encargos fiscais e tributários.

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 – Pontos omissos

§1. Os pontos omissos no presente serão resolvidos pelo Diretor do Instituto, ouvidas ou científicas, conforme os casos, as autoridades competentes que determinarão o que deve ser incorporado como norma estatutária.

§2. Igual procedimento será observado para interpretação autêntica de determinações duvidosas.

Art. 41 – Modificações do Estatuto

Qualquer modificação no presente Estatuto necessitará do consentimento da Faculdade agregante e aprovação da Congregação para a Educação Católica.

Art. 42 – Regulamento interno

O presente Estatuto será complementado por Regulamento interno, aprovado pelo Moderador, com o consentimento da Faculdade agregante.

Dom Geremias Steinmetz
Arcebispo Metropolitano de Londrina
Moderador do ISDCL